

Tramitação no Congresso é lenta

A paralisação, no Congresso Nacional, dos projetos de modernização da economia, encaiminhados pelo governo, cria dificuldades adicionais para a equipe econômica. A proposta de modernização dos portos, por exemplo, enviada no início do ano passado e ainda não aprovada, promoveria uma economia ao País avaliada em cerca de US\$ 5 bilhões. As chances de vê-la aprovada ainda em 1992 são remotas, segundo admitem os técnicos que acompanham sua tramitação.

A Reforma Fiscal, que também está parada na Câmara, viabilizaria uma arrecadação adicional, no próximo ano, estimada em US\$ 20 bilhões. Mas para que isso ocorra ela teria que ser aprovada, no máximo, até dezembro — o que o próprio governo considera pouco provável nestas alturas. O fim da estabilidade do funcionário público e o fim da aposentadoria por tempo de serviço são duas outras medidas consideradas fundamentais

pela equipe econômica para viabilizar as contas do País.

Ambas, entretanto, dificilmente contarão com a aprovação do Congresso e já estão sendo descartadas pela equipe como possíveis de ser referendadas pelos parlamentares. Também o projeto de lei que permite a concessão de serviços públicos à iniciativa privada não conta com a simpatia dos partidos de oposição.

Com todas as suas propostas barradas pelo Congresso, a equipe econômica não tem como sair do imobilismo. Assessores do ministro Marcílio Marques Moreira admitem que "pouco há a se fazer". Especialmente porque ao veto de seus projetos, que continuariam na "geladeira" até que seja votado o impeachment, espalha-se o desânimo entre a equipe econômica — a maioria dela suportando este período de indefinição por solidariedade ao ministro Marcílio, que se comprometeu a ficar no cargo até a definição do quadro político. (M.M.)